



APPACDM Vila Nova de Poiares

Demonstração dos resultados por naturezas

NISS 20003464399

NIF 504646907

RENDIMENTOS E GASTOS		Períodos	
		Dezembro 2015	Dezembro 2016
Vendas e serviços prestados	+	98.526,09	73.559,76
Subsídios, doações e legados à exploração	+	870.664,20	850.602,35
Custo dos inventários vendidos e matérias consumidas	-	(19.628,54)	(8.448,51)
Fornecimentos e serviços externos	-	(180.735,46)	(164.373,29)
Gastos com pessoal	-	(769.250,52)	(754.524,35)
Outros rendimentos	+	33.732,72	33.732,72
Outros gastos	-	(34.040,78)	(2.908,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	(732,29)	27.639,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(26.550,99)	(26.282,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(27.283,28)	1.356,96
Juros e rendimentos similares obtidos	+	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	=	(27.283,28)	1.356,96
Imposto sobre rendimento do período	-/+	0,00	0,00
Resultado líquido do período	=	(27.283,28)	1.356,96

A Direcção, setembro de 2015

Maria João Pinheiro
Luís António Pinheiro



APPACDM de Vila Nova de Poiares

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

NISS 20003464399

NIF 504646907

RENDIMENTOS E GASTOS	Area Residencial		CAO Penacova		CAO VNPoiares		CRI		Períodos	
	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Dezembro 2016
Vendas e serviços prestados	23.548,74	21.193,87	23.381,79	21.439,42	31.913,25	30.926,47	0,00	0,00	98.526,09	73.559,76
Subsídios, doações e legados à exploração	291.197,75	291.197,75	192.540,33	192.540,33	374.077,13	354.015,27	12.849,00	12.849,00	870.664,20	850.602,35
Custo dos inventários vendidos e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.448,51)	(8.448,51)	0,00	0,00	(19.628,54)	(8.448,51)
Fornecimentos e serviços externos	(39.279,01)	(39.279,01)	(42.802,73)	(42.802,73)	(79.131,92)	(68.442,55)	(12.849,00)	(12.849,00)	(180.735,46)	(164.373,29)
Gastos com pessoal	(164.783,95)	(153.105,41)	(223.715,50)	(224.448,40)	(375.723,71)	(376.970,55)			(769.250,52)	(754.524,35)
Outros rendimentos			13.940,00	13.940,00	19.792,72	19.792,72			33.732,72	33.732,72
Outros gastos			(575,84)	(575,84)	(33.464,94)	(2.332,95)			(34.040,76)	(2.908,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	110.683,52	120.007,18	(37.231,94)	(70.985,99)	(52.460,10)	0,00	0,00	(732,29)	27.639,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(1.179,48)	(1.160,29)	(12.153,60)	(13.087,43)	(12.969,02)			(26.550,99)	(26.282,91)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	109.504,04	118.846,89	(49.385,54)	(52.060,81)	(84.073,42)	0,00	0,00	(27.283,28)	1.356,96
Juros e rendimentos similares obtidos	+			(1.055,99)						
Juros e gastos similares suportados	-			(50.441,53)						
Resultado antes de impostos	=	109.504,04	118.846,89	(50.441,53)	(53.116,80)	(84.073,42)	0,00	0,00	(27.283,28)	1.356,96
Imposto sobre rendimento do período	-/+									
Resultado líquido do período	=	109.504,04	118.846,89	(50.441,53)	(53.116,80)	(84.073,42)	0,00	0,00	(27.283,28)	1.356,96

A Direcção, Setembro 2015

Assinado por:
 António Augusto Soares
 António Augusto Soares



APPACDM de Vila Nova de Poiares

[Handwritten signatures and initials]

Orçamento para 2016

Memória Justificativa:

Esta memória justificativa tem como objetivo elucidar sobre os principais aspetos e pressupostos do orçamento e divulgar acontecimentos futuros que o influenciaram.

O presente orçamento foi elaborado tendo como base de cálculo, os valores registados em Gastos e Rendimentos até ao mês de Agosto de 2015. A estes valores foram efetuadas as correções e os incrementos necessários para que espelhe a realidade perspectivada para 2016.

De salientar que, em comparação com o orçamento do ano anterior, verifica-se a ausência da valência empresa de inserção, justificada pela revogação do diploma legal que a regia, e que implicou o seu termo.

Na rubrica Rendimentos divulgamos as seguintes notas:

Relativamente à rubrica de Prestação de Serviços - Quotas dos Utilizadores (onde são inscritos os montantes das mensalidades de CAO e LRE), foi prevista uma redução no valor dos rendimentos de 10% face ao valor registado em 2015.

Pela entrada em vigor de novas regras obrigatórias para cálculo das mensalidades, por aplicação da Circular nº4 de 16-12-2014 da DGSS, procedeu-se a novos estudos sócio económicos das famílias dos utentes das respostas sociais CAO e LRE. A redução prevista justifica-se por existirem utentes que irão ficar isentos de qualquer mensalidade, devido à ausência de rendimentos. Embora existam alguns utilizadores que sofrem um aumento drástico da sua mensalidade, esta situação será acautelada pela decisão da Direção de, tendo como objetivo a equidade e o não agravamento do esforço financeiro dos utentes, efectuar uma redução de 10% no valor das mensalidades, em termos globais.

Na rubrica Subsídios, Doações e Legados à Exploração, devido à conjuntura nacional não se prevê alterações nos valores concedidos pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Na rubrica de Outros Rendimentos, a entidade continua a considerar o subsídio ao investimento relativo à aquisição de uma carrinha afeta ao CAO Penacova, no valor de 12.500,00€ por ano até ao ano de 2017.

Também o cálculo da consignação de IRS que a instituição recebe todos os anos foi baseado no valor do ano anterior.

Na rubrica de Gastos, importa salientar a rubrica Gastos com o Pessoal que contempla o aumento da Taxa Social Única de 21,60% para 22,00%, enquanto encargo da entidade patronal para 2016. Foram também consideradas as situações previstas de saída de colaboradores por passagem a pensionistas por velhice, ou outros casos especiais.

A entidade continuará a beneficiar das medidas de apoio ao emprego, nomeadamente um estágio emprego e de um contrato emprego inserção (CEI+).

No campo do Investimento, e na sequência da política adotada após o plano de reestruturação financeira aplicado no exercício de 2013, tendo como princípios chave o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade, não se prevê investimento na aquisição de ativos fixos tangíveis.

Embora se reconheça a necessidade de conservação e reparação de edifício e a substituição do telhado do Centro João Pedroso de Lima, não foi contemplado um valor no orçamento. O objectivo será recorrer a financiamentos no âmbito do Quadro Portugal 2020, mas a ausência de informação sobre as candidaturas inviabiliza a previsão de valores.

Também devido à ausência de informação sobre candidaturas e financiamento para o desenvolvimento de Cursos de Formação Profissional para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (anterior Medida 6.2.do POPH), não foram previstos quaisquer valores nesta área.

Vila Nova de Poiares, Setembro de 2015



Rui Paulo Vieira Sousa
Presidente